

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO DA CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR, ÁREA DE ARQUITETURA (REF: C), PARA EXERCER FUNÇÕES NA DIVISÃO DE AMBIENTE E GESTÃO URBANA (DAGU), NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO. -----

ATA N. 7

ATA DA REALIZAÇÃO DA PROVA DE CONHECIMENTOS

-----Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, nesta cidade de Miranda do Douro e Edifício do Arquivo Municipal, sito na rua José Inácio Pinto, Miranda do Douro, reuniu o **JÚRI** do procedimento concursal comum indicado em epígrafe, aberto por aviso n.º 12096/2019, publicitado no Diário da Republica, 2.ª série, n.º 142, de 26 de Julho de dois mil e dezanove; na Bolsa de Emprego Público no dia vinte e nove do mesmo mês e ano e na página electrónica do Município de Miranda do Douro em 26/ 07/2019, composto pelos seguintes membros: Presidente: **Arq. Miguel Augusto Gomes Martins**, técnico superior do Município de Miranda do Douro; Vogais efetivos: **Arq. Telmo Gama Seromenho**, técnico superior do Município de Torre de Moncorvo, que substituiu o presidente nas suas faltas e impedimentos e **Eng.º José Carlos Fernandes**, Técnico superior (área de engenharia civil) a exercer funções de chefe de divisão no Município de Freixo de espada a Cinta, a fim de proceder à realização da prova de conhecimentos, para a qual os candidatos foram devidamente notificados, nos termos legais, nomeadamente artigo n. 10, alínea d) e artigo 24.º, n. 1, ambos da Portaria n. 125-A/2019, de 30 de abril - -----

----- Pelas dez horas e quarenta e cinco minutos, o **JÚRI** procedeu à chamada dos candidatos, constatando-se a presença, após devidamente identificados pela exibição do respetivo BI/CC, de:

1 - Alberto Carlos Pires da Silva,

- 2 - Ana Rita Pires Pombo;
- 3 - Cláudia Patrícia Mendes Serra;
- 4 - Fernando Luís Gonçalves dos Reis;
- 5 - Marta Isabel Vara Brás, e;
- 6 - Vera Iolanda da Conceição Monteiro dos Santos.

----- Verificou-se a não comparência dos seguintes candidatos:

- 1 - Daniela Andreia Jorge Barroso;
- 2 - Jorge Filipe dos Santos Prada;
- 3 - José Carlos da Silva Teixeira Araújo, e;
- 4 - Tânia Margarida de Sousa Pereira.

----- Após a identificação dos candidatos o **JÚRI** ordenou que os mesmos desligassem os respetivos telemóveis o que, efetivamente, veio a ocorrer. -----

----- Previamente ao início da prova, o **JÚRI**, convidou os candidatos a definirem aleatoriamente um Código pessoal a apor em todas as folhas integrantes da prova de conhecimentos, em local próprio para o efeito. Na capa da mesma, o Código em questão, seria colocado em duas quadrículas, uma das quais inserida no "**canhoto**", no qual o candidato deveria inscrever o respetivo nome.

----- Após os candidatos assim terem procedido, o **JÚRI**, destacou da folha de rosto o respetivo "**canhoto**", sendo os mesmos introduzidos em envelope, devidamente fechado para garantir o respetivo anonimato.

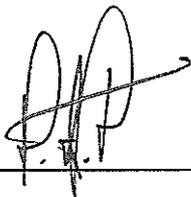
----- Realça-se ainda ter o **JÚRI**, determinado que todas as folhas constitutivas da prova de conhecimentos, fossem rubricadas por todos os candidatos que haviam comparecido, por forma a assegurar plena transparência.

----- Seguidamente, e com o tempo de duração de uma hora e trinta minutos, com tolerância de quinze minutos, o **JÚRI** deu início à realização da prova, que revestia a natureza teórica constituída por questões verdadeiras ou falsas (**grupo I**), de

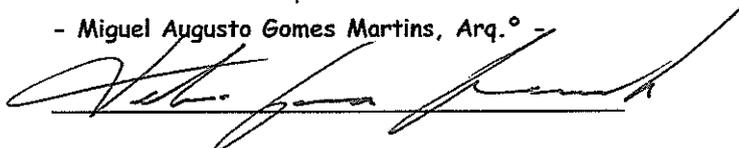
natureza múltipla (grupo II) e de desenvolvimento (grupo III), cujo conteúdo se encontra em anexo e faz parte integrante da presente ata. -----

----- Para constar, lavrou-se a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai ser assinada por todos os membros do JÚRI. -----

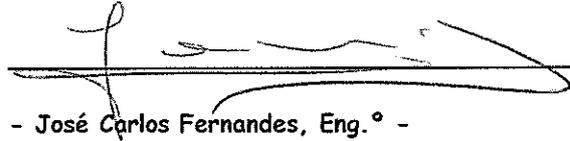
O JÚRI,



- Miguel Augusto Gomes Martins, Arq.º -



- Telmo Gama Seromenho, Arq.º -



- José Carlos Fernandes, Eng.º -

PROVA DE CONHECIMENTOS

NOME: _____

CODIGO

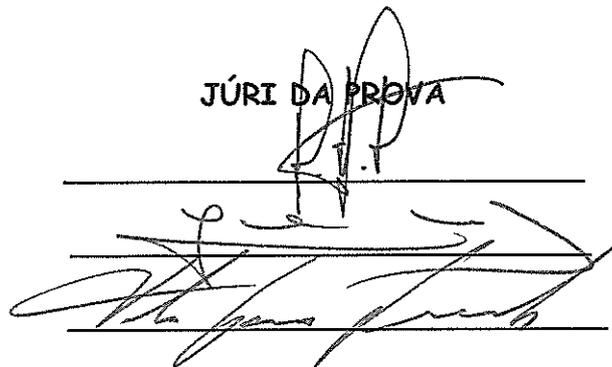
CÓDIGO

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO DA CARREIRA E CATEGORIA DE TECNICO SUPERIOR, ÁREA DE ARQUITETURA (REF: C), PARA EXERCER FUNÇÕES NA DIVISÃO DE AMBIENTE E GESTÃO URBANA (DAGU), NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO. --

AVISO PUBLICADO NO DIÁRIO DA REPUBLICA, 2.ª série, número 142, de 26 de julho de 2019

PROVA DE CONHECIMENTOS

JÚRI DA PROVA



Miranda do Douro, 24.01.2020.

Classificação

Valores

LEIA ATENTAMENTE

- A cotação total da prova é de 20 valores;
- A prova é constituída por três grupos;
- GRUPO I - composto por 20 perguntas que valem 0,50 pontos cada, sendo descontados 0,40 pontos, em caso de falta de fundamentação ou fundamentação errada ou insuficiente.
- GRUPO II - composto por 10 questões que valem 0,6 pontos cada, de resposta múltipla, sendo descontados 0,40 pontos, em caso de falta de fundamentação ou fundamentação errada ou insuficiente;
- GRUPO III - composto por 2 perguntas de desenvolvimento, que valem 2 pontos cada, sendo os critérios de correção e valoração os que a seguir se indicam:
 - ✓ O candidato faz corretamente o enquadramento legal (ainda que não transcreva literalmente a lei), e comenta de forma clara, objetiva e com poder de síntese, para além do que consta na lei. (2 valores)
 - ✓ O candidato não faz enquadramento legal, mas comenta de forma clara, objetiva e com poder de síntese. (1,5 valores)
 - ✓ O candidato, faz enquadramento legal errado, mas comenta a citação de forma clara, objetiva e com poder de síntese. (1 valor)
 - ✓ O candidato não faz enquadramento legal ou faz erradamente, e comenta de forma vaga e/ou incompleta. (0,5 valores)
 - ✓ O Candidato não responde ao solicitado. (0 valores)
- Apenas é permitida a consulta de legislação não anotada, em suporta de papel.
- A prova tem a duração de 90 minutos com 15 minutos de tolerância, com início às 11,00 horas, do dia 24.01.2020.

GRUPO I

ASSINALE AS QUADRICULAS CORRESPONDENTES ÀS AFIRMAÇÕES QUE CONSIDERAR VERDADEIRAS E JUSTIFIQUE LEGALMENTE.

- 1 - Aprovar e alterar as opções do plano e a proposta de orçamento do Município, bem como as respetivas revisões é uma competência da Assembleia Municipal.
Verdadeiro ou Falso?

Verdadeira

Falsa

P 

CÓDIGO

Fundamentação legal: _____

2 - Nas freguesias, independente do respetivo número de eleitores, os órgãos representativos são a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia. Verdadeiro ou Falso?

Verdadeira

Falsa

Fundamentação legal: _____

3 - Os titulares de órgãos da Administração Pública e respetivos agentes, bem como quaisquer outras entidades que, independentemente da sua natureza, se encontrem no exercício de poderes públicos, não podem intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado da Administração Pública. Verdadeiro ou Falso?

Verdadeira

Falsa

Fundamentação legal: _____

P 

CÓDIGO

4 - No âmbito da instrução do Procedimento Administrativo os pareceres consideram-se sempre obrigatórios e não vinculativos. Verdadeiro ou Falso?

Verdadeira

Falsa

Fundamentação legal: _____

5 - São revogáveis os atos administrativos constitutivos de direitos, na parte em que sejam desfavoráveis aos interesses dos beneficiários. Verdadeiro ou Falso?

Verdadeira

Falsa

Fundamentação legal: _____

6 - A reclamação, por regra, é um dos meios que permite ao particular impugnar uma decisão administrativa que decide anterior reclamação. Verdadeiro ou Falso?

Verdadeira

P *[Handwritten Signature]*

CÓDIGO

Falsa

Fundamentação legal: _____

7 - Um ato administrativo nulo pode ser objeto de revogação. Verdadeiro ou Falso?

Verdadeira

Falsa

Fundamentação legal: _____

8 - Entende-se por procedimento administrativo a sucessão ordenada de atos e formalidades relativos à formação, manifestação e execução da vontade dos órgãos da Administração Pública. Verdadeiro ou Falso.

Verdadeira

Falsa

Fundamentação legal: _____

9 - Existe o dever de decisão por parte da Administração Pública ainda que, há menos de dois anos, contados da data da apresentação do requerimento, o

P *Handwritten signature*

CÓDIGO

órgão competente tenha praticado um ato administrativo sobre o mesmo pedido, formulado pelo mesmo particular com os mesmos fundamentos. Verdadeiro ou Falso?

Verdadeira

Falsa

Fundamentação legal: _____

10 - Numa freguesia com 60.000 eleitores, a Assembleia de Freguesia é composta por 22 membros. Verdadeiro ou Falso?

Verdadeira

Falsa

Fundamentação legal: _____

11 - O ato administrativo produz os seus efeitos desde a data em que é praticado, salvo nos casos em que a lei ou o próprio ato lhe atribua eficácia retroativa, diferida ou condicionada. Verdadeiro ou Falso?

Verdadeira

Falsa

P 

CÓDIGO

Fundamentação legal: _____

12 - Numa freguesia com 60.000 eleitores, a Assembleia de Freguesia é composta por 22 membros. Verdadeiro ou Falso?

Verdadeira

Falsa

Fundamentação legal: _____

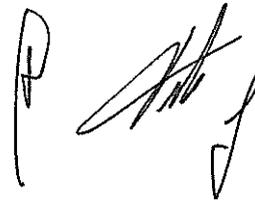
13 - No âmbito da instrução do Procedimento Administrativo os pareceres consideram-se sempre obrigatórios e não vinculativos. Verdadeiro ou Falso?

Verdadeira

Falsa

Fundamentação legal: _____

14 - Num Município com 15.752 eleitores inscritos e 22 Presidentes de Junta de Freguesia, a respetiva Assembleia Municipal é constituída por 23 membros eleitos diretamente. Verdadeiro ou Falso?



CÓDIGO

Verdadeira

Falsa

Fundamentação legal: _____

15 - No âmbito dos poderes da Assembleia Municipal de acompanhamento e fiscalização da atividade da câmara municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local, qualquer dos seus membros pode solicitar à Câmara Municipal informação sobre assuntos de interesse para o município e sobre a execução de deliberações anteriores. Verdadeiro ou Falso?

Verdadeira

Falsa

Fundamentação legal: _____

16 - O exercício das funções dos membros do gabinete de apoio à vereação cessa com a cessação do mandato do Presidente da Câmara. Verdadeiro ou Falso?

Verdadeira

Falsa

Fundamentação legal: _____

17 - O presidente da Câmara Municipal e os vereadores podem delegar ou subdelegar no dirigente da unidade orgânica materialmente competente a competência de assinar ou visar a correspondência da câmara municipal que tenha como destinatários quaisquer entidades ou organismos públicos. Verdadeiro ou Falso?

Verdadeira

Falsa

Fundamentação legal: _____

18 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, devem ser prestados pelo órgão indicado no programa do procedimento ou no convite, por escrito, até ao fim do 2º terço do prazo fixado para apresentação das propostas. Verdadeiro ou Falso?

Verdadeira

Falsa

Fundamentação legal: _____

P *[Handwritten signature]*

CÓDIGO

19 - Pode haver subdelegação da globalidade dos poderes do delegante.
Verdadeiro ou Falso?

Verdadeira

Falsa

Fundamentação legal: _____

20 - A concessão da reabilitação atribui ao trabalhador a quem tenha sido aplicada sanção disciplinar de despedimento disciplinar ou demissão o direito de, por esse facto, restabelecer o vínculo de emprego público previamente constituído. Verdadeiro ou Falso?

Verdadeira

Falsa

Fundamentação legal: _____

GRUPO II

Para responder às questões, utilize a grelha de respostas, que se encontra na parte final do enunciado do grupo, colocando a alínea ou alíneas que considere correta(s) no quadrado correspondente à questão.

1 - A comunicação prévia para a realização de operações de loteamento que não exija a realização de obras de urbanização, caduca.

A) - Se não for apresentada a comunicação prévia para a realização das respetivas obras de urbanização no prazo de um ano a contar da notificação do ato de licenciamento ou, na hipótese de comunicação prévia, não for apresentada comunicação prévia para a realização de obras de urbanização no prazo de um ano a contar da data daquela;

B) - Sendo devidas, não ocorra o pagamento das taxas no prazo previsto para o efeito.

C) Não forem concluídas as obras de edificação previstas na operação de loteamento no prazo fixado para esse efeito.

Fundamentação legal: _____

2 - A rejeição da comunicação prévia, nos termos do artigo 35.º do diploma é precedida de audiência do interessado de acordo com o disposto no CPA?

A) - Sim, nos termos do artigo n. 121º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto - Lei n. 4/2015, de 7 de janeiro.

B) - Não, porquanto se trata de um ato definitivo mas não executório (eficaz).

C) - Sim, porquanto se trata de um ato constitutivo de direito.



CÓDIGO

Fundamentação legal: _____

3 - No âmbito do controlo prévio das operações urbanísticas, havendo necessidade de consulta a entidades externas, quem detem competência para solicitar os respetivos pareceres junto das entidades competentes?

A) - O presidente da Câmara , o gestor do procedimento, a CCDR e o interessado na consulta.

B) - O gestor do procedimento e o interessado na consulta..

C) - O gestor do procedimento, o interessado na consulta e a CCDR territorialmente competente, dependendo da natureza do parecer.

Fundamentação legal: _____

4 - Aprovado o projeto de arquitetura, a falta de apresentação dos projetos das especialidades e outros estudos no prazo legalmente estabelecido ou da eventual prorrogação implica:

A) - A caducidade após audiência prévia do interessado;

B) - A aplicação de coima ao interessado

C)- A suspensão do processo de licenciamento pelo período máximo de seis meses;

Fundamentação legal: _____

5 - A realização da vistoria municipal para concessão de autorização de utilização é dispensada:

A) - Quando o uso da edificação não tenha como destino a habitação.

CÓDIGO

B) - Quando o pedido de autorização for instruído com termo de responsabilidade subscrito por pessoa legalmente habilitada a ser autor de projeto.

C) - Quando o pedido de autorização for acompanhado de termo de responsabilidade subscrito pelo diretor de obra ou pelo diretor de fiscalização de obra

Fundamentação legal: _____

6 - As atos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de prédio com descrição predial que se situe em perímetro urbano, em que situações estão isentos de licença ou autorização?

A)- Desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos;

b) - A construção erigida ou a erigir na parcela a destacar disponha de projeto aprovado quando exigível no momento da construção.

C) - Na parcela destacada só seja construído edifício que se destine exclusivamente a fins habitacionais e que não tenha mais de dois fogos;

Fundamentação legal: _____

7 - Os contratos de trabalho em funções públicas e contratos individuais de trabalho regem-se:

A) - Pelo Código dos Contratos Públicos.

B) - Pelo Código do Procedimento Administrativo e Código dos Contratos Públicos

C) - Pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, pelo Código do Trabalho e subsidiariamente pelo Código do Procedimento Administrativo.

Fundamentação legal: _____

8 - No âmbito da contratação pública, a entidade adjudicante pode recorrer ao procedimento por ajuste direto:

A) - Independentemente da natureza de contrato quando o respetivo valor for inferior a € 30.000.

B) - Quando em anterior concurso público, concurso limitado por prévia qualificação ou diálogo concorrencial, todas as propostas apresentadas tenham sido excluídas, e desde que o caderno de encargos não seja substancialmente alterado em relação ao daquele procedimento;

C) - Com convite a, pelo menos, três entidades, quando o valor do contrato seja inferior a (euro) 100 000;

Fundamentação legal: _____

9 - A decisão de escolha do procedimento de formação de contratos, de acordo com as regras fixadas no Código dos Contratos públicos, deve ser fundamentada e cabe:

A) - Ao órgão competente para a decisão de contratar.

B) - Ao órgão executivo do município.

C) - Ao órgão deliberativo do Município.

Fundamentação legal: _____

P 

CÓDIGO

10 - No âmbito da contratação pública, podem ser candidatos ou concorrentes.

A) - Agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

B) - Agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, desde que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

C) - Apenas agrupamentos de pessoas coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercidas e desde que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

Fundamentação legal: _____

| | |
|---|--|
| 1 | |
| 2 | |
| 3 | |
| 4 | |
| 5 | |

| | |
|----|--|
| 6 | |
| 7 | |
| 8 | |
| 9 | |
| 10 | |

